

Senado adota artifício para dar reajuste

Aumento salarial de servidores será dividido em quatro anos. Casa não tem orçamento e governo se nega a cobrir a diferença

Carlos Humberto - BG Press/AJB

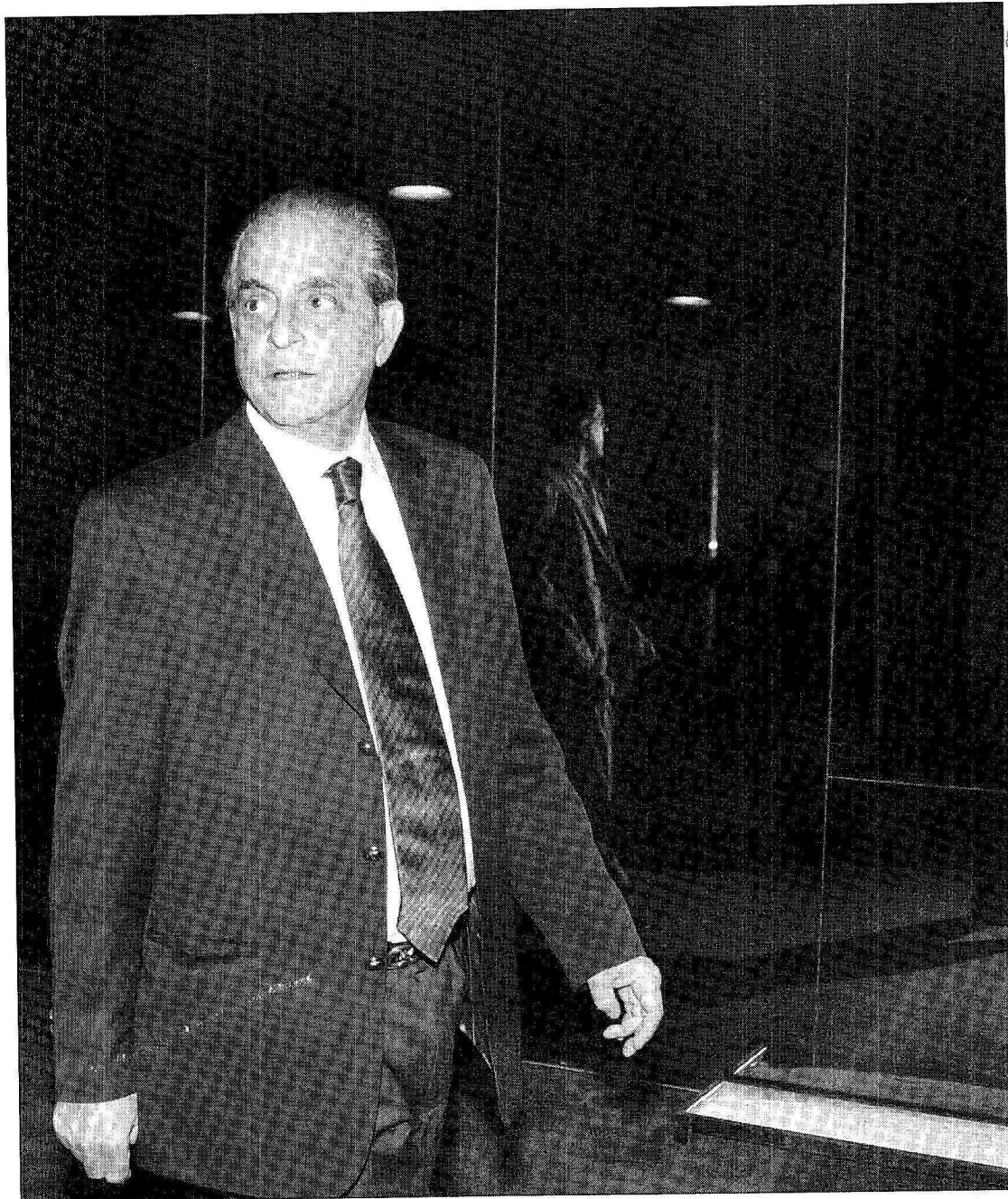
GUSTAVO KRIEGER

BRASÍLIA — Os funcionários do Senado acompanham com especial atenção os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça esta semana. Aguardam para amanhã a entrada em pauta do Projeto de Resolução 9/2002. Não é à toa. O projeto cria um novo plano de carreira para os servidores da Casa e garante um considerável aumento salarial. Quando estiver montada integralmente, a nova estrutura funcional deve somar um aumento de 60% na folha de pessoal do Senado, que no ano passado foi de R\$ 43,9 milhões. Funcionários efetivos vão receber entre R\$ 6 mil e R\$ 9,5 mil.

Os servidores não embolsarão tudo de uma vez porque falta orçamento para o Congresso. E o governo não está nem um pouco disposto a ajudar. “Não temos dinheiro para aumentos de salário”, fulmina o ministro do Planejamento, Martus Tavares. “Vivemos o momento oposto”, diz, ao lembrar que o Congresso não aprovou ainda a prorrogação da CPMF, o que provoca um rombo de R\$ 400 milhões por semana aos cofres da União. “É como se me perguntassem como vou fazer para compensar as perdas da contribuição e eu respondesse que seria aumentando os salários”, provoca o ministro.

Não é por causa disso que o Senado vai retroceder. Dará o reajuste a conta-gotas e reduzirá o impacto a 15% ao ano na folha de pagamento. Nesse ritmo, o plano seria implantado em quatro anos. No primeiro momento, os novos ganhos ficariam apenas no papel. Os funcionários receberiam pelo menos a metade do previsto nas tabelas e a cada ano recuperariam parcela da diferença.

Semelhanças — Há duas



Presidente do Senado, Ramez Tebet defende o aumento e garante que os servidores terão o reajuste